



Manual de Elaboração de Itens

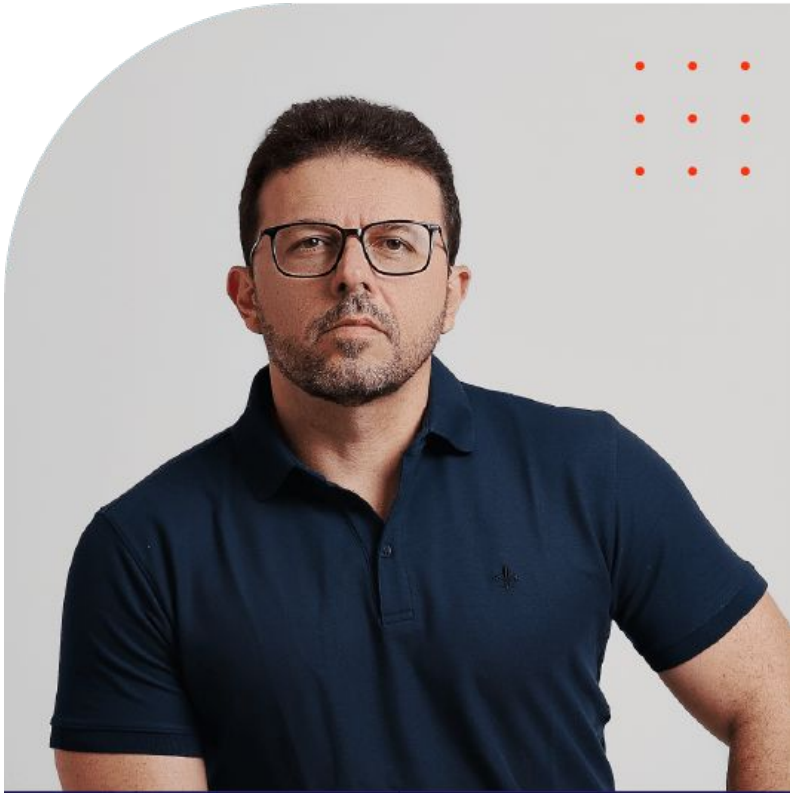
AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Direito
e Humanas

nº 02

Qstione





Fabrício Garcia

Professor, palestrante
e sócio-fundador
da Qstione

Manual de Elaboração de Itens

Avaliação de Estudantes

Direito e Humanas - Nº 02

Copyright © 2022 Plataforma Qstione,
Todos os direitos reservados.

SOBRE O AUTOR:

Fabrício Garcia é professor da área de saúde apaixonado pelas novas tecnologias educacionais. Seu foco principal de trabalho está em ajudar instituições de ensino e professores a implementar novas tecnologias que aumentem a eficiência educacional, justamente por acreditar que a tecnologia é o caminho mais simples para democratizar a educação de qualidade no Brasil.



“

As salas de aula são como navios capitaneados por professores, e a avaliação de estudantes, quando realizada corretamente, é o farol que guia os professores nos mares revoltos das múltiplas estratégias de ensino.

Fabrício Garcia

Sócio fundador da Qstione



ÍNDICE



6 APRESENTAÇÃO

7 CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO ITEM

8 MODELOS DE ITENS

12 Itens objetivos ou de múltipla escolha

18 Itens discursivos

21 CONSIDERAÇÕES FINAIS

22 REFERÊNCIAS

24 REALIZAÇÃO

Classificação e Tipos de Itens

Objetivos

1. Classificar os itens quanto ao grau de complexidade, de acordo com a taxonomia de Bloom.
2. Exemplificar modelos de itens, incentivando a construção de modelos variados pelos professores.
3. Contribuir para melhor estruturação de itens, a partir da exemplificação de diferentes modelos.


Apresentação

A classificação dos itens quanto ao nível cognitivo de complexidade é uma ferramenta muito importante para que os professores estruturem as avaliações.

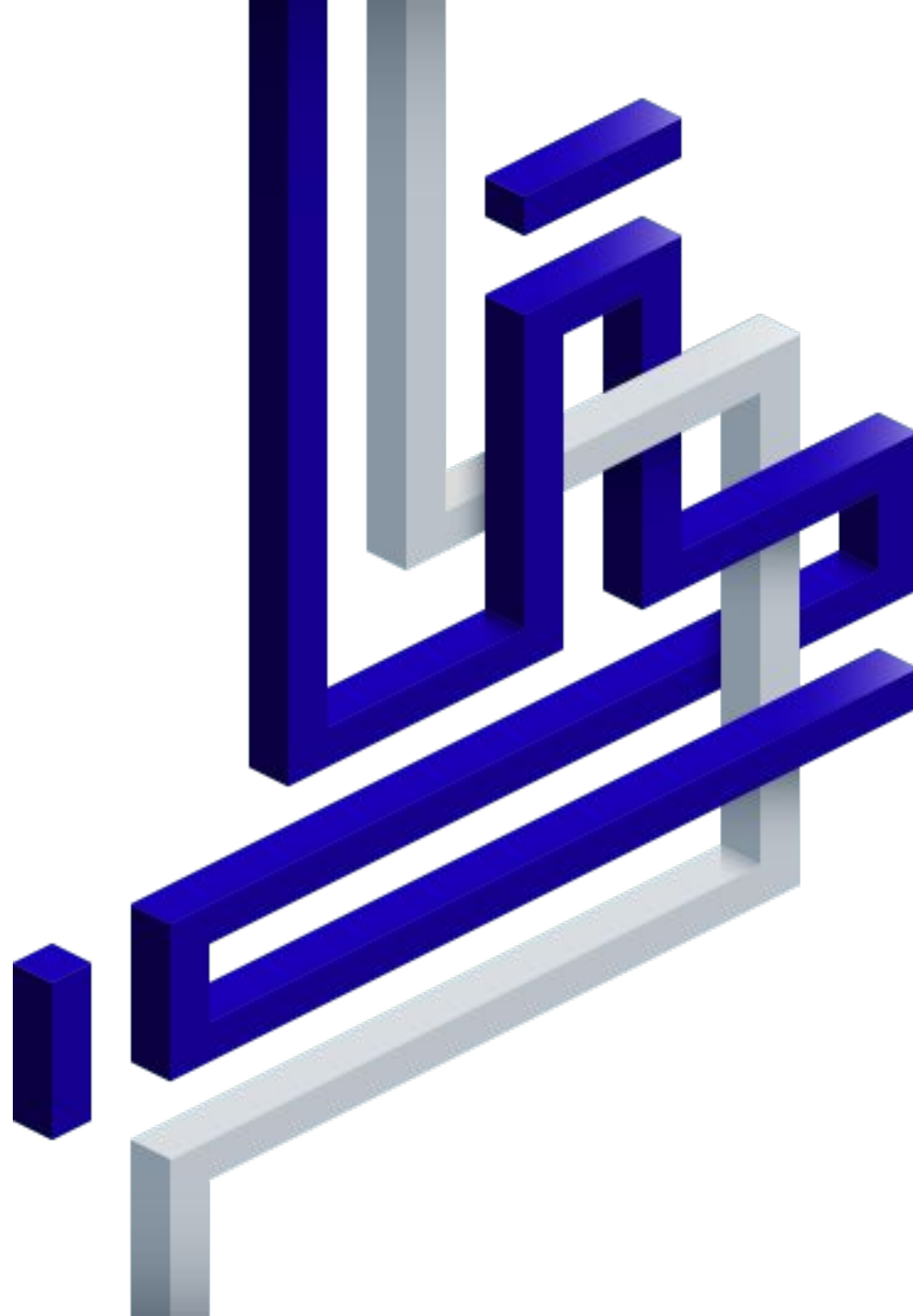
Nesse contexto, a taxonomia de Bloom atua como norteadora dessa classificação, facilitando a correta calibração das provas e planejamento das aulas. Nos capítulos subsequentes, abordaremos o tema, exemplificando de forma didática como deve ser a prática de estruturação dos itens a partir do ordenamento proposto pela Taxonomia dos Processos Cognitivos, reforçando os conhecimentos já trabalhados no Manual de Estruturação de Itens nº. 1.

Além disso, abordaremos alguns dos diferentes modelos de itens que devem ser utilizados em avaliações da instituição. Nosso maior objetivo é incentivar, ao máximo, a utilização de diferentes modelos de itens, explorando as diversas habilidades e inteligências nas avaliações de nossos estudantes.

O presente manual visa contribuir para melhoria da estruturação de itens que devem compor as avaliações dos cursos de sua instituição. Obviamente, nossos manuais não encerram a discussão sobre a estruturação das avaliações, e nem é esse o nosso intuito, pois o foco dos professores e gestores educacionais deve ser questionar a temática de forma contínua. Aproveite o material!



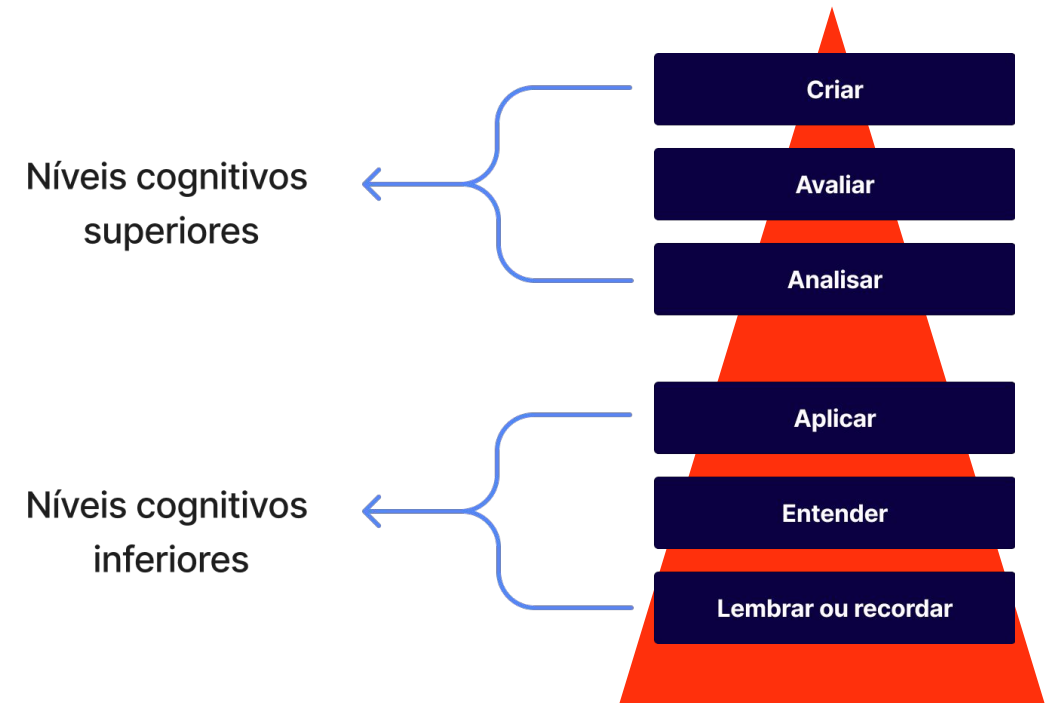
Classificação do nível de complexidade do item



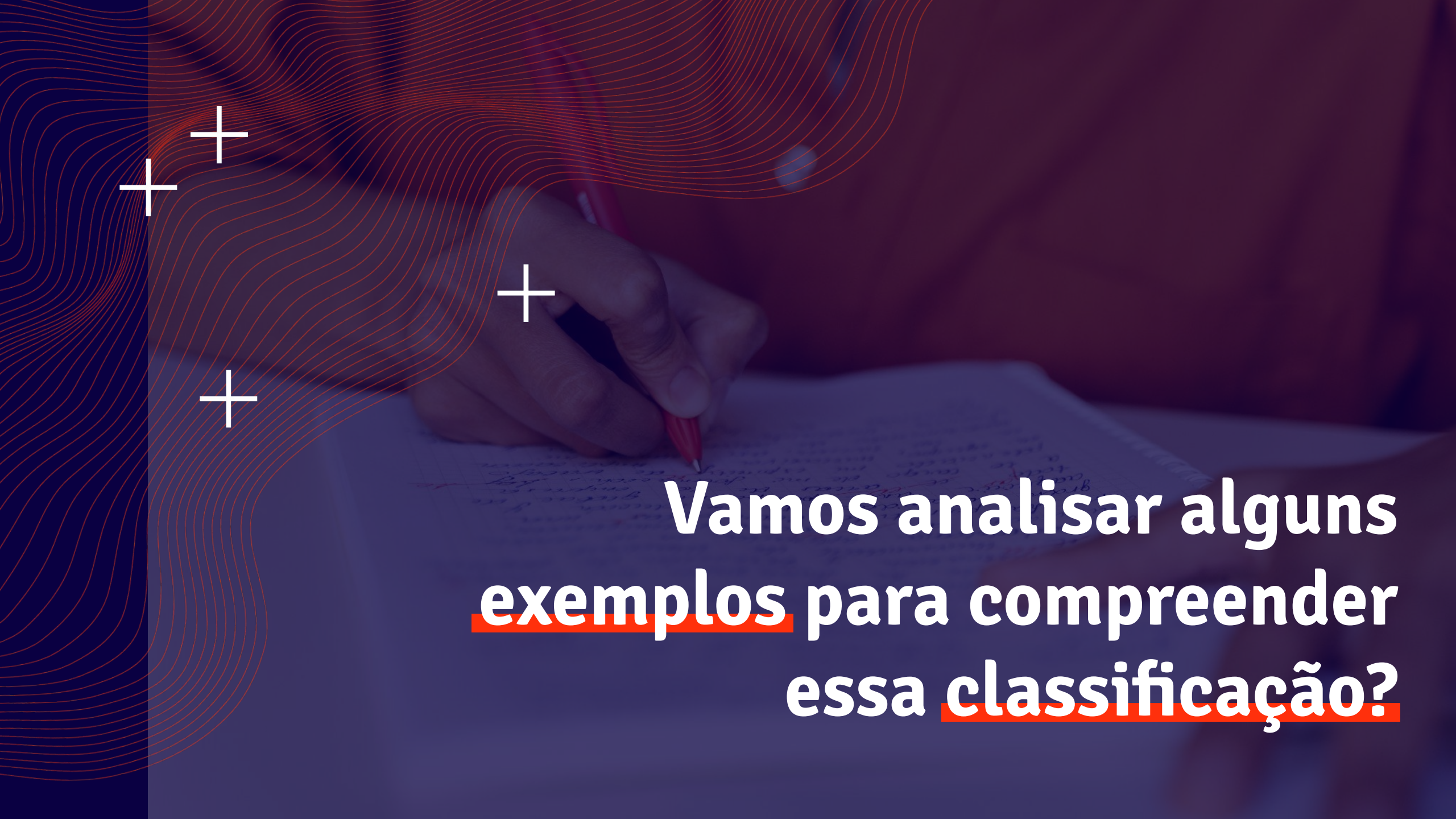
Parâmetros de Classificação

1. Os itens devem ser construídos a partir dos descritores de objetivos de aprendizagem, que, por sua vez, solicitam conhecimentos, habilidades e/ou atitudes específicas. Tais descritores devem ser estruturados de forma clara e objetiva, não dando margem a diferentes interpretações (leia o Manual de Estruturação de Objetivos de Aprendizagem).
2. A Dimensão dos Processos Cognitivos (Figura 1) classifica os objetivos de aprendizagem de acordo com a complexidade de pensamento (nível cognitivo) exigida pelos objetivos de aprendizagem; já o Domínio Conhecimento classifica o conteúdo a ser trabalhado. Esse sistema de classificação ajuda professores e gestores educacionais no planejamento de avaliações, aulas e materiais didáticos.

Figura 1 - Representação dos níveis cognitivos do Domínio dos Processos Cognitivos da taxonomia de Bloom revisada



KRATHWOHL, David R.; ANDERSON, Lorin W. **A taxonomy for learning, teaching, and assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives**. Nova York: Addison Wesley Longman, 2001. 336p.



**Vamos analisar alguns
exemplos para compreender
essa classificação?**

Parâmetros de Classificação

Analise o objetivo de aprendizagem e o respectivo item:

Objetivo de aprendizagem 1: identificar as características do princípio da intervenção mínima, interpretando conceitos e/ou citações jurídicas.

Exemplo/ Enade 2022

Os princípios básicos de Direito Penal expressam a plataforma mínima sobre a qual possa erigir-se um sistema penal comprometido com o Estado Democrático de Direito.

Entre essas normas estruturantes, destaca-se o princípio da intervenção mínima, nascido do ideário iluminista, que reconhece que a pena é uma “solução imperfeita” para a proteção de bens jurídicos relevantes, porque violadora ela própria de uma categoria desse bem — a liberdade —, impede a atuação primária do poder punitivo em defesa desses interesses. Portanto, só é legítima a manifestação do poder punitivo quando as demais formas de controle social mostrarem-se incapazes de tutelar graves perturbações à ordem jurídica.

QUINTERO OLIVARES, G. *Introducción al derecho penal*. Barcelona: Ed. Barcanova, 1981 (adaptado).

Considerando o princípio da intervenção mínima, avalie as afirmações a seguir.

- I. A necessidade de atuação, e não a oportunidade, é o que autoriza o poder punitivo a se manifestar.
- II. A principal função do princípio da intervenção mínima é proibir a incriminação de conduta desviada que afete bem jurídico.
- III. O poder punitivo só está autorizado a manifestar-se em defesa de determinados — e não de todos — interesses expressos no bem jurídico penal.
- IV. O princípio da intervenção mínima afasta qualquer possibilidade de responsabilidade objetiva.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Categoria 2 (verbo no infinitivo) - Entender: é a capacidade de compreender, traduzir ou interpretar informações com base em conhecimento prévio. No caso acima, o princípio da intervenção mínima.
Subcategoria (verbo no gerúndio): exemplificando; interpretando; sumarizando; explanando; inferindo; comparando.

Parâmetros de Classificação

Analise o objetivo de aprendizagem e o respectivo item:

Objetivo de aprendizagem 2:

Identificar a legalidade da aplicação da modalidade de diálogo competitivo considerando a nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).

Exemplo/ Enade 2022

A nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) estabelece diversas mudanças no processo licitatório, tornando a compra ou a contratação de bens e serviços mais rápida e eficiente. Entre as principais mudanças, a lei define que os processos licitatórios sejam realizados por meios eletrônicos, em um processo *on-line*. Além disso, promoveu a alteração nos tipos de licitação. Por meio de tais dispositivos, busca-se agilizar todo o processo de compra ou contratação de bens e serviços e fornecer mais transparência à sociedade.

Disponível em: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/novidades/nova-lei-de-licitacoes-vantagens-e-principais-mudancas-2021-_1072. Acesso em: 15 jul. 2022 (adaptado).

Suponha que Jorge, prefeito de um município no interior do Brasil, questionou sua assessoria jurídica a respeito da possibilidade de realizar um diálogo competitivo entre as empresas licitantes, previamente selecionadas em um processo licitatório, com o objetivo de desenvolver uma ou mais possibilidades que pudessem atender às necessidades da Administração Municipal naquele processo.

A partir das informações apresentadas no texto, analise a situação hipotética e assinale a opção correta.

- A** A aplicação da modalidade de diálogo competitivo da Administração Pública com as empresas licitantes daria causa a subjetivismos e a tratamentos diferenciados, o que comprometeria a isonomia, não sendo, portanto, aconselhada sua realização.
- B** A adoção da modalidade de diálogo competitivo é viável para a realização de contratações integradas, porque possibilita que os licitantes sejam selecionados conforme critérios subjetivos e apresentem proposta final após o encerramento dos diálogos.
- C** A adoção da modalidade de diálogo competitivo é possível para a contratação de obras, serviços e compras desde que sejam observados os critérios objetivos que devem orientar a seleção dos licitantes, os quais apresentarão proposta final após o encerramento dos diálogos.
- D** A adoção da modalidade de diálogo competitivo é possível para contratações que exijam inovação de procedimentos, quando se tratar de contratação de *startups*, sendo os licitantes selecionados conforme critérios subjetivos, cabendo à Administração Pública apresentar o projeto final após o encerramento dos diálogos com os licitantes.
- E** A adoção da modalidade de diálogo competitivo é possível para a contratação de obras, serviços e compras de caráter não comum e com valores acima de R\$ 1 000 000,00 (um milhão de reais), desde que seja analisada com base em critérios objetivos, e o diálogo seja aberto a qualquer interessado, cabendo à Administração Pública apresentar o projeto final após o encerramento dos diálogos com as empresas licitantes.

Foram solicitadas majoritariamente as categorias ou níveis entender/aplicar da Dimensão dos Processos Cognitivos, pois o estudante, para responder o item, precisa interpretar o caso e inferir a informação necessária a equipe aplicando-a em um contexto prático. Consulte a página 16 do Manual nº. 1 para relembrar as categorias e verbos da taxonomia de Bloom.

Categoria 2 (verbo no infinitivo) - Aplicar: é a capacidade de executar ou usar um procedimento em uma determinada situação. **Subcategoria (verbo no gerúndio)**: executando; implementando.



Modelos de Itens



Itens objetivos ou de múltipla escolha

Um item objetivo não diz respeito somente ao tipo de resposta solicitada. Esse tipo de questionamento é considerado objetivo devido ao enunciado direto, sem rodeios e preciso. A objetividade da questão está relacionada a organização e a forma como o problema é contextualizado e apresentado para a análise do estudante.

Existem diferentes modelos de itens. A escolha do tipo de item deve levar em consideração aspectos como: (1) natureza do conteúdo; (2) complexidade da habilidade avaliada e (3) aspectos ligados a construção da questão, como o tipo de contextualização e situação-problema.

O estudante deve estar preparado para responder questões formatadas em diferentes modelos. Assim, os professores devem realizar avaliações utilizando os modelos mais adequados aos objetivos de aprendizagem solicitados, preparando o estudante para responder questionamentos em diferentes modelos e formatos.

Existe uma grande diversidade de modelos e formatos de itens a serem considerados, entretanto, abordaremos neste capítulo basicamente 5 modelos:

1. Afirmação incompleta.
2. Resposta múltipla.
3. Interpretação.
4. Asserção e razão.

Modelos de Itens

Afirmção incompleta

Apresenta o Comando do enunciado (Contextualização, Situação-problema e Comando) como uma afirmação a ser completada.

Exemplo/ 2018

A organização tributária de um país pode resultar em diminuição ou aumento das desigualdades sociais. Conforme o atual sistema tributário brasileiro, a tributação é constituída por tributos diretos – que recaem sobre o patrimônio e a renda – e por tributos indiretos – que incidem sobre o consumo. A tributação direta tem caráter mais progressivo e atende de maneira mais justa aos ditames da igualdade e da capacidade contributiva. Já a tributação indireta possui caráter mais regressivo, pois ricos e pobres contribuem com um mesmo valor na compra de um produto, mercadoria ou aquisição de serviço.

São vários os efeitos de um sistema que privilegia uma carga tributária incidente sobre o consumo em detrimento do patrimônio e da renda. Um deles é

- A** a inibição do consumo.
- B** a expansão da economia.
- C** o crescimento da geração de emprego.
- D** a maior competitividade entre as empresas.
- E** a diminuição de preços de produtos industrializados.

Modelos de Itens

Resposta múltipla

Esse tipo de item apresenta um enunciado contextualizado com afirmativas relacionadas a ele. A questão enuncia o comando na forma de pergunta ou afirmação incompleta e apresenta chaves de resposta como opções de respostas.

Exemplo/ Enade 2022

Os princípios básicos de Direito Penal expressam a plataforma mínima sobre a qual possa erigir-se um sistema penal comprometido com o Estado Democrático de Direito.

Entre essas normas estruturantes, destaca-se o princípio da intervenção mínima, nascido do ideário iluminista, que reconhece que a pena é uma “solução imperfeita” para a proteção de bens jurídicos relevantes, porque violadora ela própria de uma categoria desse bem — a liberdade —, impede a atuação primária do poder punitivo em defesa desses interesses. Portanto, só é legítima a manifestação do poder punitivo quando as demais formas de controle social mostrarem-se incapazes de tutelar graves perturbações à ordem jurídica.

QUINTERO OLIVARES, G. *Introducción al derecho penal*. Barcelona: Ed. Barcanova, 1981 (adaptado).

Considerando o princípio da intervenção mínima, avalie as afirmações a seguir.

- I. A necessidade de atuação, e não a oportunidade, é o que autoriza o poder punitivo a se manifestar.
- II. A principal função do princípio da intervenção mínima é proibir a incriminação de conduta desviada que afete bem jurídico.
- III. O poder punitivo só está autorizado a manifestar-se em defesa de determinados — e não de todos — interesses expressos no bem jurídico penal.
- IV. O princípio da intervenção mínima afasta qualquer possibilidade de responsabilidade objetiva.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Modelos de Itens

Interpretação

Esse tipo de item utiliza textos, gráficos, tabelas, imagens e outras mídias para que o estudante possa fazer interpretações, críticas, inferências, conclusões e generalizações.

Exemplo/ Enade 2022

Ao final de 2021, cerca de 89,3 milhões de pessoas estavam deslocadas em todo o mundo, em decorrência de violência, perseguições, violações dos direitos humanos ou outros conflitos em seus locais de origem. Esse contingente de deslocamentos forçados já alcançava mais de 100 milhões de pessoas em maio de 2022, sendo motivados por instabilidades como as ocorridas no Afeganistão, em alguns países africanos e nas regiões da Ucrânia ocupadas pela Rússia, além de outros locais onde já perduravam confrontos armados, como, por exemplo, na Síria.

Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 21 jun. 2022 (adaptado).



Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br>. Acesso em 24 de jun. de 2022.

Com relação às atuais migrações internacionais forçadas, assinale a opção correta.

- A** Os interesses em relação ao tipo de tratamento dispensado aos imigrantes no mundo independem de seus países de origem.
- B** A xenofobia, que consiste no preconceito contra estrangeiros, deve-se à falta de normas internacionais para o tratamento de situações de imigração.
- C** Os refugiados são migrantes de países subdesenvolvidos que se deslocam para países centrais do capitalismo global a fim de servir de mão de obra barata.
- D** As migrações internacionais forçadas surgem da globalização econômica, cujos processos são responsáveis pelo aumento do número de refugiados no mundo.
- E** A condição de migrante internacional forçado diferencia-se da condição geral de imigrante na medida em que se refere ao deslocamento motivado por fatores involuntários, que fogem ao controle do migrante e de sua família.

Modelos de Itens

Asserção e razão

Esse tipo de item utiliza 2 asserções para serem analisadas pelo estudante, que deverá interpretar e averiguar se são verdadeiras e se há alguma correlação ou interdependência entre elas.

Exemplo/ Enade 2022

Um prefeito recebeu de presente de uma empresa, habitual prestadora de serviços públicos do município, casa com terreno e com toda infraestrutura. O agente público não teria condições de adquirir a casa com recursos próprios, configurando-se, portanto, a situação de enriquecimento ilícito. Denunciado numa ação penal, o prefeito, na condição de réu, defendeu-se alegando que, apesar de ter recebido o imóvel de amigos, não havia dado nada em troca. Na instrução processual, os proprietários da empresa doadora do imóvel ao agente público relataram a prática usual de propinas em troca de favores e facilidades nos contratos com o Poder Público e, ainda, apresentaram comprovantes de depósitos realizados pela empresa. Outras testemunhas ouvidas confirmaram a prática de pagamento de propinas em troca de “favores”.

A partir da situação apresentada e das alterações introduzidas na Lei de Improbidade Administrativa, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. Para que se caracterize o ato de improbidade, deve necessariamente estar presente o dolo do agente político ou servidor, nas hipóteses de enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação aos princípios da Administração Pública.

PORQUE

- II. Os atos lesivos ocorridos por negligência, imprudência ou imperícia podem levar a outras consequências jurídicas, não se enquadrando mais como atos de improbidade administrativa.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E** As asserções I e II são proposições falsas.

Itens Discursivos

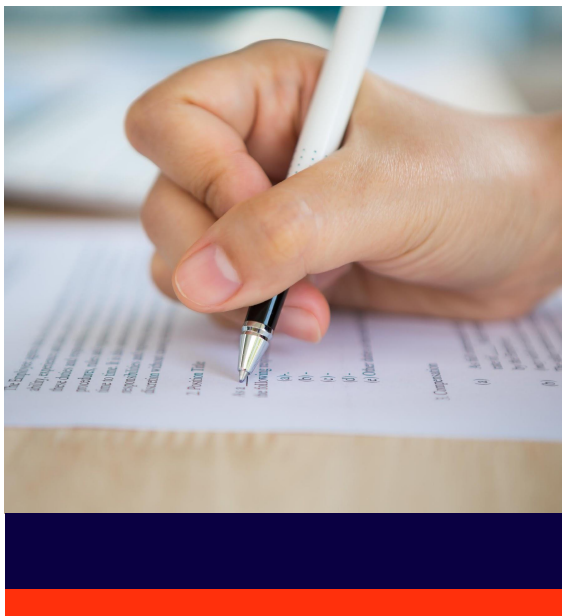
Os itens discursivos também podem ser classificados como itens de resposta construída. Contudo, utilizaremos a nomenclatura comumente utilizada pelo Inep (itens discursivos). Os itens discursivos solicitam uma resposta construída pelo estudante e deve conter mais de uma sentença. As respostas produzidas mediante um questionamento discursivo, demonstram como o aluno encara a situação-problema destacada no item.

Os itens discursivos são utilizados para avaliar as habilidades mais complexas, aquelas do topo da pirâmide de Bloom (analisar, avaliar e criar). Assim, é possível colocar problemas que envolvem os conhecimentos procedimentais e metacognitivos do estudante. Levando em consideração o esforço operacional exigido para correção de itens discursivos, sugerimos a utilização planejada, priorizando esse modelo para solicitar objetivos de aprendizagem que apresentam níveis cognitivos mais complexos. Evite utilizar itens discursivos para avaliar conhecimentos que podem ser testados com itens objetivos.

Características essenciais de itens discursivos:

1. Exige uma resposta construída pelo estudante.
2. A resposta deve ser textual, com mais de uma sentença.
3. Permite respostas originais e com padrões diversos.
4. Requer uma correção com certo nível de subjetividade, que visa avaliar e comparar a resposta elaborada pelo estudante com a resposta padrão pré-definida pelo autor do item.

Modelos de Itens



EXEMPLO

Basicamente, um item discursivo é composto 3 elementos:

1. Enunciado (contexto e situação-problema): a estrutura do enunciado é similar a descrita para os itens objetivos (leia o Manual nº. 1), com exceção do comando, que será descrito nas tarefas que serão solicitadas após o enunciado.
2. A descrição das tarefas a serem avaliadas (substitui o comando): trata-se de mais de uma questionamento relacionado a situação problema descrita no enunciado do item.
3. Padrão de resposta: trata-se do descritor da resposta ideal para cada tarefa solicitada no item.9-

Exemplo/ Enade 2022

O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 preceitua que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como possibilite o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Apesar dessa disposição, sabe-se que o Estado brasileiro carece de mecanismos de implementação efetiva do direito à saúde a todos. O quadro agravou-se ainda mais com a pandemia de Covid-19, intensificando-se a judicialização da saúde. Nesse sentido, faça o que se pede nos itens a seguir.

- a) Considerando o sistema constitucional de repartição de competências no Brasil, e com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, explique a atribuição dos entes federativos relativa ao direito fundamental à saúde. (valor: 5,0 pontos)
- b) Explique de que medida(s) judicial(is) o particular dispõe diante de uma decisão denegatória de fornecimento de medicamento no âmbito administrativo, referente ao acesso à saúde. (valor: 5,0 pontos)

Considerações finais

Nossos manuais são meramente ilustrativos e visam facilitar o entendimento do professor quanto a elaboração de itens e estruturação das provas. Nesse contexto, a avaliação deve ser um instrumento de pesquisa que visa identificar a evolução do aprendizado de cada estudante.

Este manual não encerra a discussão sobre as boas práticas em avaliação de estudantes. Trata-se de um resumo norteador para instituição de ensino, e atua como um gatilho para discussão sobre boas práticas avaliativas institucionais.

Sugerimos a leitura dos outros manuais relacionados ao tema, como parte integrante do processo de capacitação de professores.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Guia de Elaboração e Revisão de Itens**. Volume 1. Brasília, 2010.

BLOOM, Benjamin S. et al. **Taxonomy of Educational Objectives: Handbook I Cognitive Domain**. New York, New York: David McKay Company, p. 144-45, 1956.

KRATHWOHL, David R.; ANDERSON, Lorin W. **A taxonomy for learning, teaching, and assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives**. Longman, 2009.

WIKIPEDIA. A enciclopédia livre. **Taxonomia dos Objetivos Educacionais**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Taxonomia_dos_objetivos_educacionais&oldid=42832373>. Acesso em: 24 ago. 2015.



Copyright © 2022 de Fabrício Garcia e EAD MASTER
Serviços Educacionais e Tecnológicos.

Todos os direitos reservados.

Este manual ou qualquer parte dele não pode ser
reproduzido ou usado de forma alguma sem
autorização expressa, por escrito, do autor ou editor.

Segunda edição, março de 2022

Realização:

Qstione

www.qstione.com.br

Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, Miramar Eco Business Center - Sala 1807
João Pessoa - PB. CEP 58.032-090

(83) 99123-0772
suporte@qstione.com.br